

Artigos Originais

Nem uma doutrina, nem um método – apenas uma educação física eficiente para o Colégio Militar do Rio de Janeiro (1947-1948)^{1 2}

Not a doctrine, not a method – just efficient physical education for the military school of Rio de Janeiro (1947-1948)³

Ni una doctrina, ni un método – apenas una educación física eficiente para el colegio militar de Rio de Janeiro (1947-1948)⁴



Dayse Alisson Camara Cauper

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil
cauperdayse@gmail.com



Álvaro Camara de Pádua

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
alvaro.c.cauper@gmail.com



Amarilio Ferreira Neto

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil
amariliovix@gmail.com

Resumo: Analisa a experiência de elaboração e aplicação de um Plano Geral de Treinamento Físico no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1948. Para isso, assume o conceito de *cultura escolar* como categoria de análise e seleciona como fontes as publicações da *Revista de Educação Física*, os decretos que regulamentavam o ensino no Exército e no Colégio Militar

1 O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2 Este título faz menção a uma passagem do texto em que Costa (1949) explica que o êxito da nova proposta de trabalho só foi possível mediante as adaptações realizadas a partir do Manual C 21-20, e que este movimento não tinha a pretensão de criar uma doutrina nem um método do Colégio, apenas de garantir um rendimento absoluto das sessões de trabalho da Educação Física.

3 The title refers to a quotation in the text in which Costa (1949) explains that the success of the new proposal was only possible through adaptations made from the C-21-20 Manual, and that this initiative was not intended to create a new doctrine or method for the School, but simply to ensure the maximum efficiency of the Physical Education sessions.

4 Este título hace mención a un pasaje del texto en que Costa (1949) explica que el éxito de la nueva propuesta de trabajo solo se ha hecho posible debido a las adaptaciones realizadas a partir de Manual C 21-20, y que este movimiento no tenía la pretensión de crear una nueva doctrina y ni un método del Colegio, sino garantizar un rendimiento absoluto de las sesiones de trabajo de la Educación Física.

e as edições da revista *A Aspiração*. Como referencial teórico e metodológico, recorre aos pressupostos do paradigma indiciário de Ginzburg (1989), da crítica-documental de Bloch (2001) e da análise dos impressos de Chartier (2002). Sinaliza indícios de uma prática escolar híbrida, fruto da mestiçagem do Manual C-21-20 e do novo paradigma difundido pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde.

Palavras-chave: Ensino Secundário Militar. Cultura Escolar. Práticas Corporais Sistematizadas.

Abstract: This study analyzes the development and implementation of a General Physical Training Program at the Military School of Rio de Janeiro in 1948. To this end, it adopts the concept of School Culture as an analytical category and utilizes sources such as the publications of the journal *Revista de Educação Física*, the decrees regulating education in the Army and the Military School, and editions of the journal *A Aspiração*. The theoretical and methodological framework is based on Ginzburg's (1989) evidential paradigm, Bloch's (2001) documentary critique and analysis of Chartier's (2002) printed work. The study indicates pieces of evidence of a hybrid educational practice, resulting from the amalgamation of the C-21-20 Manual and the new paradigm promoted by the Physical Education Division of the Brazilian Ministry of Education and Health.

Keywords: Military Secondary Education. School Culture. Systematized Physical Practices.

Resumen: Se analiza la experiencia de la elaboración y aplicación de un Plan General de Entrenamiento Físico en el Colegio Militar de Rio de Janeiro en 1948. Para eso, se asume el concepto de Cultura Escolar como categoría de análisis y se selecciona como fuentes las publicaciones de la *Revista de Educación Física*, los decretos que reglamentaban la enseñanza en el Ejército y en el Colegio Militar y las ediciones de la revista *A Aspiração*. Como referencial teórico y metodológico, se recurre a los presupuestos del paradigma indiciario de Ginzburg (1989), de la crítica documental de Bloch (2001) e del análisis de los impresos de

Chartier (2002). Se señala los indicios de una práctica escolar híbrida, fruto del mestizaje de Manual C-21-20 y del nuevo paradigma difundido por la División de Educación Física del Ministerio de la Educación y Salud Brasileña.

Palabras llaves: Enseñanza Secundaria Militar. Cultura Escolar. Prácticas Corporales Sistematizadas.

Submetido em: 09/12/2024

Aceito em: 18/06/2025

1 Introdução

Desde os anos de 1990, o campo da História da Educação vem se apropriando da Cultura Escolar como um conceito operatório que possibilita interpretar o universo da escola, fundamentalmente, na ótica dos conhecimentos e currículos; dos espaços, tempos e instituições escolares e da materialidade escolar e métodos de ensino (Faria Filho *et al.*, 2004). Nesse imbricamento, a discussão sobre a educação dos corpos vem se consolidando no âmbito das pesquisas sob três perspectivas: pela via do componente curricular Educação Física (EF); pelos contextos não-escolares e; por um caminho que pensa “a educação dos corpos intimamente ligada às ‘culturas escolares’, sem, contudo, se restringir à disciplina Educação Física” (Moreira *et al.*, 2023, p. 7).

Assumimos esta última vertente para observar o Regulamento de Ensino do Colégio Militar (Brasil, 1943, s/p.), no que se refere à “Instrução Prática que abrange a Instrução Pré-Militar, Militar, Educação Física e Esgrima”. Tratando-se de um estabelecimento de ensino secundário masculino e preparatório para as escolas de formação profissional do Exército, essas práticas ganhavam contornos de uma educação do corpo mais próxima ao ideal da caserna, visando incorporar hábitos e moldar comportamentos estabelecidos como essenciais aos candidatos à oficialidade.

Assim, entendemos a Instrução Prática a partir do conceito de “práticas corporais sistematizadas”, desenvolvido por Gurgel (2018, p. 17),

[...] como as disciplinas ou conteúdos com objetivo de ensinar técnicas corporais específicas disseminadas em diferentes atividades presentes no currículo escolar: dança, arte cênica, esportes, jogos, cuidados com a saúde entre outras práticas corporais.

No Colégio Militar do Rio de Janeiro⁵ (CMRJ), além das instruções de EF, obrigatórias e consonantes aos princípios fisiológicos e pedagógicos difundidos pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), estavam previstas a instrução de esgrima (aos alunos do curso científico que demonstrassem habilidades para a modalidade) e equitação (aos oficiais montados do Batalhão Colegial) (Brasil, 1943). A instrução pré-militar abarcava a instrução de ordem unida sem arma, uma iniciação à técnica do tiro e o ensino das regras de disciplina, noções de hierarquia militar e da organização do Exército (Brasil, 1942). Já a instrução militar aos alunos maiores de 16 anos, tratava-se de práticas afeitas à infantaria que habilitavam o aluno ao exame para o certificado de reservista de 2ª categoria (Brasil, 1939).

As horas do dia eram igualmente distribuídas em três classes de atividades: as de ensino; as de higiene, alimentação e recreio; as de repouso, sendo reservado a cada uma delas o total de 8 horas diárias. Além disso, a instrução prática ocorria diariamente, e as lições tinham a duração de 50 minutos (Brasil, 1943). Estes tempos, espaços e prescrições se entreteciam para potencializar a subjetivação dos alunos conforme a intencionalidade da instituição mantenedora – o Exército.

O Colégio Militar é um instituto destinado a ministrar o ensino secundário, sob o regime de internato, em princípio, de acordo com os ciclos e programas do Ministério da Educação e Saúde Pública [...] e mais os que forem julgados necessários para a matrícula na Escola Militar (Brasil, 1943, s/p).

O regime de internato favorecia o controle da formação do espírito militar, sustentado nos moldes castrenses da hierarquia, disciplina e EF, mas também demandava da instituição uma estrutura que não apenas comportasse os alunos, mas principalmente viabilizasse a educação dos hábitos e costumes de higiene e civili-

⁵ Criado em 1889 sob um forte apelo assistencial destinado aos filhos dos combatentes, o Imperial Colégio Militar veio a operar, de fato, como um estabelecimento de ensino preparatório para a Escola Militar e para as faculdades civis (Costa e Cunha, 2006, 2012; Freire, 2006, 2014). Após a Proclamação da República, passou a ser denominado de CMRJ. No período que trata o artigo, era o único dos quatro colégios militares do Exército em funcionamento.

dade requeridos ao futuro oficial. Instalado na Chácara da Pedra da Babilônia, desde 1889, o CMRJ dispunha de uma imponente e ampla estrutura. Especificamente no que se refere à EF:

Possue⁶ um magnífico estádio denominado “Capitão Miragaia” [...] Este estádio é contornado por uma esplêndida pista em asa de cesta, com um desenvolvimento de 400 metros; contem em seu interior, um excelente campo gramado para futebol. Além do material necessário à execução das diversas categorias de exercícios das lições de educação física, vários campos de “basket-ball”, “volley-ball” e tennis completam o estádio Capitão Miragaia. Acham-se presentemente em preparação uma secção de ginástica de aparelhos e uma outra de defesa pessoal. (Revista de Educação Física, 1934, p. 30)

Todo o efetivo da Seção de Educação Física (SEF) era militar e formado pela EsEFEx, entretanto, é necessário salientar que, embora a homogeneidade de pensamento fosse um ideal perseguido na Força Terrestre, ela estava sempre por se constituir. Desse modo, conforme salienta Julia (2001, p. 11), “normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores (...)”. Nesta esteira, a lente da cultura escolar possibilita enxergar o intramuro e “acercar das práticas escolares e dos saberes produzidos no interior da escola, como soluções possíveis aos problemas enfrentados cotidianamente por professores e alunos no fazer da aula” (Vidal, 2009, p. 35).

É sob este ângulo que analisamos o artigo produzido por Albino, “A Educação Física no Colégio Militar” (Costa, 1949), para comunicar sua experiência de ensino. A produção foi classificada por Bermond⁷ (2007) na temática EF e Psicologia, em razão do

6 Foi mantida a ortografia original do documento.

7 Embora o mapeamento de Bermond (2007) contenha dois textos publicados por Albino na REF, apenas o artigo “A psicologia e o ensino da Educação Física Infantil” (Costa, 1950) foi analisado, por estar de acordo com o critério da pesquisadora de conter interlocução com os autores Jean-Jacques Rousseau, Edouard Claparède e John Dewey.

texto discutir e apresentar um programa de ensino elaborado em conformidade com o interesse dos alunos. O personagem principal desta história é o Capitão de Cavalaria Albino Manoel da Costa, instrutor-chefe da SEF entre os anos de 1947 e 1948. Ele cursou⁸ a EsEFEx, concluindo o curso de instrutor em 1946, e atuou⁹ como diretor-gerente e redator-chefe da Revista de Educação Física (REF) nos anos de 1949 e 1950.

A Revista *A Aspiração* do CMRJ, publicada no ano de 1948, presta uma homenagem a este oficial do Exército que, como pentatleta militar, havia se tornado recordista na prova de tiro. A legenda informa que o capitão, inclusive, representaria o Brasil em uma competição em Londres naquele ano; contudo, não encontramos informações que confirmassem este feito.

Figura 1. Homenagem a Albino Manoel da Costa



Fonte: *A Aspiração* (1948, s/p).

Ao lecionar EF para os alunos do CMRJ nos anos de 1947 e 1948, o militar produziu uma proposta de ensino que equalizou as tensões entre alunos e monitores. Essa discussão se justifica uma

8 Instrutor nº 1897, como consta no Almanaque do Calção Preto da EsEFEx.

9 Como consta no Cabeçalho das REF nº 63 e 65/66, publicadas em 1949 e 1950, respectivamente.

vez que ela lança luz à inventividade dos sujeitos, que, nas relações tensas travadas no interior da escola, produzem e reproduzem uma dinâmica própria com encaminhamentos possíveis (Vidal, 2009), em recusa à passividade dos indivíduos e ao determinismo do contexto. Diante do exposto, este artigo analisa a experiência de autoria do Cap. Albino que aborda o processo de elaboração e aplicação de um Plano Geral de Treinamento Físico em resposta ao problema da (in)disciplina e do baixo rendimento dos alunos nas sessões de EF do CMRJ.

2 Teoria e método

De acordo com Ferreira Neto (1999), há uma distinção entre a pedagogia da EF no Exército e no Sistema Educacional Civil, em razão da especificidade dos códigos doutrinários que regem cada uma destas instituições. Diante dessa afirmação, nos indagamos sobre qual seria a pedagogia da EF do estabelecimento de ensino secundário do Exército. Um educandário militar masculino preparatório para a carreira das armas, que recebia alunos entre 11 e 20 anos, nos cursos ginásial e científico. Neste Colégio Militar (CM), desde o primeiro ano de funcionamento, estavam previstas matérias como “nomenclatura e manejo das armas em uso, tiro ao alvo, esgrima e evoluções militares das três armas, [...] natação, *gymnastica* e música” (Brasil, 1890), o que Soeiro (2019) analisou como um indício do desenvolvimento da EF e do Esporte no Exército.

Interessa-nos analisar a experiência protagonizada pelo Cap. Albino no ensino da EF, assumindo a cultura escolar como categoria de análise. Para esta operação historiográfica, orientamo-nos pelos pressupostos de Marc Bloch (2001, p. 79) para quem os documentos “[...] mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los [...]”. Nesta perspectiva, atuamos nas edições da REF e nas publicações do impresso escolar intitulado *A Aspiração*, disponíveis nos acervos das bibliotecas da EsEFEx e do CMRJ, respectivamente. Além disso, no Arquivo Histórico do Exército, tivemos acesso a documentos da carreira do Cap. Albino, aos quais operamos na mesma racio-

nalidade. No que concerne à produção de um conhecimento histórico indireto e mediado por pistas, sobretudo as periféricas que tendem a passar despercebidas ou ser ignoradas frente às mais proeminentes, nos referenciamos em Ginzburg (1989). Uma vez que, para este historiador italiano, é preciso operar de modo a esgotar as fontes por meio de uma análise intensiva, como propõe a micro-história.

Como ferramenta de análise, mobilizamos a discussão de culturas escolares em Vidal (2009), para quem a escola é concebida como um espaço de convivência de múltiplas culturas e de produção de uma cultural autoral, ainda que também seja lugar de transmissão e reprodução da cultura hegemônica. Dessa leitura *certeuniana*, deriva a conclusão da autora de que não existe uma única cultura escolar, pois ela é construída e reconstruída nas relações entre os diversos sujeitos, nos diferentes tipos de escola existentes em uma mesma temporalidade (aspecto sincrônico) e nas mudanças históricas que ocorrem em uma mesma escola (aspecto diacrônico).

Com essa lente nos aproximamos do CM dos anos de 1947 e 1948, salientando o seu contexto singular em relação aos demais estabelecimentos de ensino, lançando luz às formas de agir do instrutor militar frente à demanda colocada pelos alunos no cotidiano das aulas, mas, também, na relação com o seu comandante e com os seus comandados na SEF do CM.

Há uma escassez de produções que discutem o ensino da EF nos CM, sobretudo no período anterior à década de 1990. Presumimos que o artigo analisado neste estudo tenha sido publicado em razão da transferência do Cap. Albino para a EsEFEx em 1949, onde atuou na REF. Entendemos que, em razão desse acúmulo de papéis, coube a Albino as decisões sobre a forma de circulação do seu texto, pois como salientou Chartier (2002) “[...] não existe a compreensão de um texto, que não dependa das formas através das quais ele atinge o leitor” (p. 127). Neste caso, as intencionalidades do editor sobressaíram em relação às do autor.

3 A (re)construção de uma cultura escolar

O diretor de ensino do CMRJ neste período era o Coronel Jair Dantas Ribeiro¹⁰, um dos precursores da EF no Exército. Quando tenente, contribuiu para a produção de um material didático de relevância para o treinamento físico no âmbito da força terrestre. Este apontamento se faz necessário porque a dinâmica das organizações militares, no que se refere ao regime político e militar, estabelece-se em conformidade com o comandante, não sendo, portanto, “uma realidade homogênea e petrificada” (Magalhães, 2023, p. 69). Neste caso específico, indicamos que o coronel tenha acolhido e chancelado a proposta do oficial instrutor de adequar o manual, arrefecendo a situação.

Afinal, o Manual C 21-20¹¹, que prescrevia os treinamentos físicos no âmbito da Força Terrestre e, conseqüentemente, do CM, foi elaborado pela EsEFEx sob a chancela da cúpula do Exército, oficiais superiores, que constituíam o Estado-Maior e compunham o Ministério da Guerra. Ao discorrer sobre a pedagogia militar na EF brasileira, Ferreira Neto (1999) explicou que cabia aos oficiais criar e zelar para o cumprimento “fiel” da doutrina do Exército, ressaltando que ela “é regulamentada e não permite interpretações diversas, já que é uma doutrina” (p. 53).

Logo, o capitão, que era um oficial intermediário, precisava do respaldo de um oficial superior, o comandante, para que a sua iniciativa de adequação da doutrina de EF do Exército para o contexto colegial militar não se caracterizasse como uma subversão. O excerto a seguir, adaptado para o título deste artigo, representa o cuidado de Albino frente as relações de poder em que ele, como militar, estava submetido.

10 Jair Dantas Ribeiro quando tenente contribuiu para a publicação do *Manual de Instrução Physica* (1926) em parceria com o experiente João Barbosa Leite, à época capitão. Ribeiro foi comandante do CMRJ entre os anos de 1947 e 1952 e, tendo ascendido ao generalato, comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (1952 a 1955), período em que elaborou e regulamentou a prova do “Atleta Completo” para os cadetes do 3º ano da AMAN, iniciada em 1954.

11 O Manual C 21-20 de Educação Física Militar 1947/1948 consistia na adaptação da 3ª parte do Regulamento nº 7 - Método Francês às exigências físicas demandadas pela guerra.

Assim, vimos coroados de êxito nossos esforços e **afirmamos que não estamos querendo “doutrinar”¹² ou “criar nosso método”¹³, apenas queremos cooperar na regulamentação de uma Educação Física eficiente para o Colégio Militar, adaptando o método existente** às condições especialíssimas do Colégio (Costa, 1949, p. 11, grifo nosso).

A quais condições o instrutor se referia? Em 1948, o público atendido diariamente pela SEF do CMRJ totalizava 1.600 alunos, compreendendo ampla faixa etária: 33% entre 11 e 12 anos, 57% entre 12 e 18 anos e 10% entre 18 e 20 anos. Uma heterogeneidade que inviabilizava a adoção do C-21-20 como única referência, pois, como explicou Albino, “a maior dificuldade era colocar as crianças em forma a fim de realizar exercícios em desacordo com o seu interesse” (Costa, 1949, p. 8).

O C 21-20 de 1948 foi elaborado conforme as premissas do Regulamento nº 7 e difundia a doutrina do treinamento físico no âmbito do Exército, prescrita para o ciclo superior. Como a maioria dos alunos do CMRJ pleiteava o ingresso na Escola Militar, havia a expectativa de que, ao finalizar a trajetória colegial, os alunos estivessem preparados para a rotina de treinamento físico praticada no curso de formação profissional. Entretanto, diferente do público adulto da caserna, o estabelecimento colegial militar atendia majoritariamente uma clientela infanto/juvenil que, por não se adequar à forma e ao conteúdo da EF proposta, acabava cometendo faltas disciplinares e comprometendo a finalidade das sessões de trabalho. O instrutor militar, lembrando o seu tempo de aluno no CM, compadeceu-se da legitimidade da questão, ponderando que “Entramos crianças (11 anos) para o Colégio e terminamos o curso adultos (18 a 20 anos) sem outra variação que a intensidade crescente dos exercícios determinada pelo Método” (Costa, 1949, p. 8).

12 No jargão militar, doutrinar está relacionado a criar princípios estratégicos ou táticos particulares.

13 Referindo-se à discussão do método nacional de Educação Física, muito em voga nesse momento.

Nesse período, no contexto das políticas educacionais, a doutrina de EF vinha avançando consideravelmente, sobretudo, após a reforma realizada no Ministério da Educação e Saúde (MES), ocasião em que fora criada a Divisão de Educação Física (DEF). As referências mobilizadas por Albino incluem, além do Manual C 21-20 e o Regulamento nº 7, a teoria de Claparède sobre estágios e períodos de desenvolvimento mental, contida na obra “Psicologia da criança e pedagogia experimental” e o Boletim de EF produzido pelo MES, de onde ele desataca o excerto.

Cumpra que os programas sejam organizados não com aquilo que os alunos devem aprender, mas, com aquilo que eles podem realizar, o que é bastante diferente. Somos inteiramente contrários aos exercícios formais, artificiais, vulgarmente conhecidos sob a denominação de flexionamentos. Eles representam para as crianças verdadeiros trabalhos forçados, utilizando a expressão de Claparède (Boletim de Educação Física nº 8, 1943 *apud* Costa, 1949, p. 7, grifo nosso).

O ato de ensinar pressupõe, inicialmente, um conhecimento acerca do destinatário da ação. É o *a quem* se ensina que vai determinar o *como* e o *que* se ensina. Este debate já estava presente desde 1937 no periódico *Educação Physica*, como fundamento para a organização dos programas de ensino, como demonstrou Cassani *et al.* (2022). No entanto, na realidade do CMRJ, a rigidez da forma e a insuficiência do conteúdo colocavam em risco a eficiência da EF. O MES (re)posicionava o aluno no centro do processo e reforçava a necessidade do prazer e da liberdade em relação à EF do ciclo elementar.

Ao tratar sobre os conteúdos subjacentes ao Método Francês, Ferreira Neto (1999) destacou que “[...] a **ginástica**, [era] **predominantemente utilizada na instrução física militar, que, nesse caso, é composta dos flexionamentos, dos exercícios educativos e das aplicações que, por sua vez, compõem a lição de**

Educação Física [...]” (p. 54, grifo nosso). E, embora Albino tenha discordado que a lição de EF devesse ser suprimida do programa, como pareceu sugerir o Boletim produzido pela DEF/MES, o militar segue dialogando com o material.

Em outro trecho retirado do Cap. V do mesmo Boletim, o perfil psicológico das crianças de 7 a 11 anos é posto em evidência e, sinalizando estar de acordo, Costa (1949) comenta: “Daí surgiu a necessidade da elaboração de um programa que satisfizesse às condições que estabelecem as bases pedagógicas do Método” (Costa, 1949, p. 7), referindo-se, assim, ao Método Francês.

Para argumentar em favor do jogo, Albino se reportou novamente ao Regulamento nº 7 e, por concordar que ele atende às necessidades dos alunos do ciclo elementar, sendo tanto higiênico quanto recreativo, optou então por criar uma sessão de pequenos jogos destinada aos menores de 12 anos. Com as contribuições de Nicanor Miranda, publicadas na obra *Técnica do Jogo Infantil Organizado*, o militar enriquece sua justificativa acrescentando a possibilidade de formação moral do aluno mediada pelo jogo.

No que se refere à conduta dos monitores de EF, estes foram dispensados pelo instrutor chefe da SEF/CMRJ, de “a cada instante, exigir o silêncio, o alinhamento, a cobertura, a atitude, a correção pormenorizada, o olhar voltado para ele e uma infinidade de ninharias que não prejudicam o trabalho” (Costa, 1949, p. 10). Albino sinalizava a impossibilidade de uma transposição didática e a necessidade de produção de uma cultura própria do contexto colegial militar.

Nas reuniões dos monitores para a preparação técnica da instrução, foram discutidos problemas de caráter pedagógico e psicológico: maneira de tratar o aluno, como interpretar os diferentes comportamentos da criança, atitudes a adotar durante as diferentes fases do trabalho, como corrigir, etc. Um dos assuntos mais discutidos foi concernente a “atenção” (Costa, 1949, p. 9).

O instrutor realizou a distribuição do efetivo de alunos conforme demonstramos no Quadro 1. Organizamos em nuance de crescente de cinza os três níveis de instrução. Como pode ser observado, mais da metade do contingente do CM estava concentrado no ciclo secundário.

Quadro 1- Periodização da Educação Física no CMRJ

PLANO GERAL DE TREINAMENTO FÍSICO SEF/CMRJ – 1948		
Cursos do CMRJ	Regulamento nº 7 – Grupamentos	Desdobramentos
1ª série do curso Ginásial	Ciclo Elementar 11 a 13 anos - 4º grau Educação Física pré-pubertária	Instrução de adaptação
2ª série do curso Ginásial 3ª série do curso Ginásial 4ª série do curso Ginásial 1º ano do curso Científico	Ciclo Secundário 13 a 16 anos - 1º grau 16 a 18 anos - 2º grau Educação Física pubertária e pós-pubertária	Instrução base
2º ano do curso Científico 3º ano do curso Científico	Ciclo Superior 18 a 20 anos Educação Física Esportiva e Atlética	Instrução dos reservistas

Nota. Fonte: Adaptado de Costa (1949).

A composição dos grupamentos homogêneos ocorria com base no regime de matrícula (interno, semi-interno e externo) e dos fatores: idade, peso, altura e capacidade vital, que determinavam cronológica e fisiologicamente a idade dos alunos (Costa, 1949). No Quadro 2, são apresentadas as modalidades de trabalho implementadas, segundo Albino, em conformidade com o Manual C 21-20. A seguir, evidenciamos as sessões destinadas a cada ciclo no novo programa.

Quadro 2 - Distribuição das sessões de trabalho em seus respectivos ciclos

PLANO GERAL DE TREINAMENTO FÍSICO SEF/CMRJ – 1948 MODALIDADES DE TRABALHO		
Ciclo Elementar	Ciclo Secundário	Ciclo Superior
Pequenos jogos	Grandes jogos	-----
Grandes jogos		
-----	Estudo desportos coletivos	Desportos coletivos
Estudo de elementos	-----	-----

-----	Estudos especiais	Desportos individuais
-----	-----	Atacar e defender
		Aplicações militares
		Preparação do combatente
Ginástica	Ginástica	Ginástica
	Ginástica acrobática	Ginástica acrobática
Treinamento - Exame Físico	Treinamento - Exame Físico	Treinamento - Exame Físico
Exame Físico	Exame Físico	Exame Físico

Nota. Fonte: Adaptado de Costa (1949).

O Quadro 2 apresenta as modalidades de trabalho distribuídas nos três ciclos, dispostos em colunas. Em relação às modalidades, os jogos, fortemente recomendados pela literatura especializada e muito bem aceitos pelas crianças às quais se destinavam, passaram a compor 1/3 das atividades oferecidas aos alunos do ciclo elementar. A sessão de pequenos jogos, com baixa intensidade e movimentação ampla, foi criada para atender exclusivamente aos alunos mais jovens, enquanto a de grandes jogos, mais intensa, se estendia do ciclo elementar ao secundário, com a prática dos jogos militares: bola de rugby, bola na tábua e bola militar.

Na sessão de estudo, voltada para o ensino da técnica dos desportos coletivos do ciclo secundário, ocorria a instrução prática dos exercícios educativos de voleibol, basquetebol e futebol, que se consolidavam na prática dessas modalidades na sessão de desporto coletivo oferecida no ciclo superior. Nessa mesma lógica, a sessão de estudos especiais do ciclo secundário, em que estavam contidos os exercícios de trepar, equilibrar e saltar, além de salto em distância, em altura, corridas e arremessos, avançava no ciclo superior para a sessão de desporto individual, com as práticas de atletismo e esgrima.

Corroborando o que já fora dito por Ferreira Neto (1999) sobre a ginástica no contexto do Exército, o conteúdo predominante no CM também era a ginástica. Ela era ofertada nos três ciclos, com variação de intensidade e de modalidade. Em relação à ginástica

acrobática, a progressão avançava da realização no chão para o aparelho. Assim como ocorria com a ginástica, todos os alunos passavam pelas sessões, tanto de treinamento quanto de realização das provas do exame físico, que representavam a avaliação na EF.

Conforme consta no C 21-20 (1948), o exame físico era dividido em dois dias. No primeiro, as provas consistiam em trepar na corda vertical, saltar em altura com impulso e correr 100 metros. Estas eram complementadas em outro dia pelo salto em distância com impulso, lançamento de granada e o exercício de levantar e transportar um companheiro. Embora Costa (1949) não tenha desdobrado sobre possíveis adaptações realizadas no exame físico, presumimos que estas duas últimas provas tenham sido modificadas para o público elementar.

Considerando que os alunos do ciclo superior participavam do curso de formação de reservista, nas armas de infantaria, cavalaria e artilharia, a estes também eram oferecidas as sessões de atacar e defender, aplicações militares e preparação do combatente, afeitas ao contexto da caserna. Conforme observamos no Manual C 21-20 (1948), a primeira reunia exercícios de quedas, golpes e ardis e luta. A sessão de aplicações militares continha exercícios das sete famílias - marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender - executados em terrenos variados, com obstáculos. Na sessão de preparação do combatente, eram previstos exercícios com arma, de combate a baioneta, lançamento de granada e luta. Devido à proximidade com o contexto de combate, nessas sessões o uniforme previsto era o fardamento verde-oliva, e era frequente o uso de armamentos, como paus, facas de madeira ou borracha, revólveres, fuzis e granadas inerte. As imagens a seguir são exemplos de práticas corporais sistematizadas, peculiares de cada uma das três armas, que compunham o processo de subjetivação do aluno no CMRJ.

Figura 2. Demonstração dos alunos da Infantaria do CMRJ



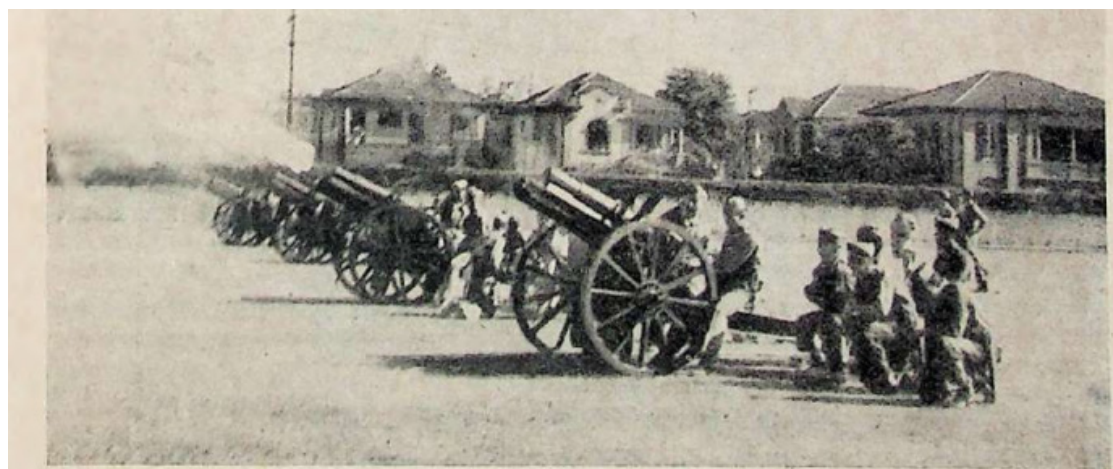
Fonte: A Aspiração (1949, p. 8).

Figura 3. Demonstração dos alunos da Cavalaria do CMRJ



Fonte: A Aspiração (1947, p. 9).

Figura 4. Demonstração dos alunos da Artilharia do CMRJ

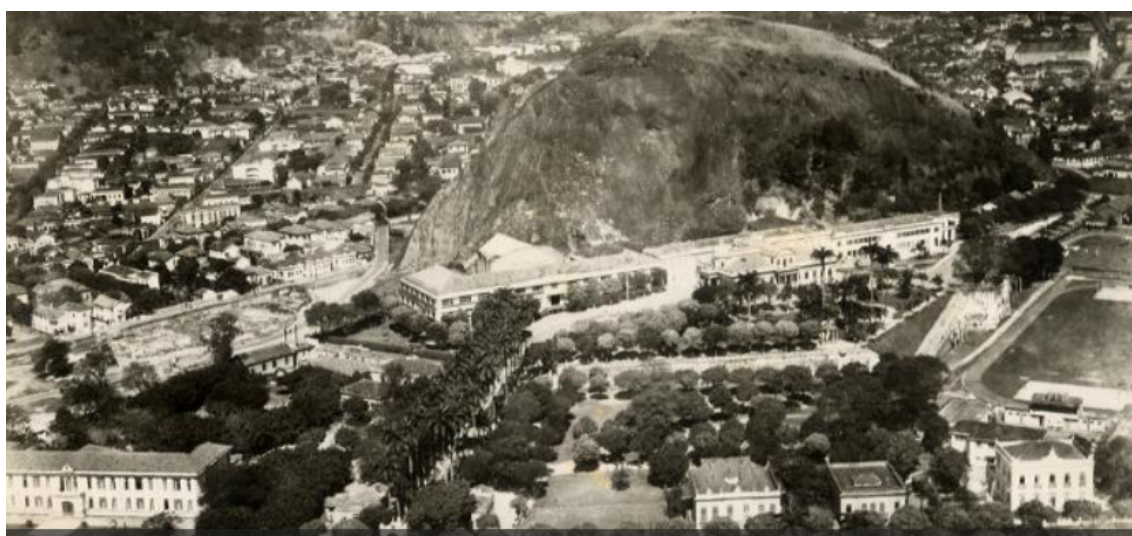


Gargalham as mortíferas bocas de fogo da Bateria de Artilharia, durante o assalto simulado que os artilheiros executaram com solércia.

Fonte: A Aspiração (1949, p. 7).

No que se refere ao espaço escolar, a figura 5 exhibe em primeiro plano toda a área do CM, com a Pedra da Babilônia ao fundo. Destacamos, no lado direito da fotografia, o campo de futebol do Estádio Miragaia e ao fundo dele a *carrière*¹⁴, espaço destinado às atividades peculiares dos alunos que compunham o Esquadrão de Cavalaria.

Figura 5. Vista aérea do CMRJ (1947)



Fonte: Brasileira Fotográfica¹⁵.

¹⁴ Carrière é o espaço específico, contendo a pista de saltos, para o treinamento nos cavalos, mas, também é uma denominação utilizada para a instrução básica do cavaleiro, em que ocorre a montaria sem estribo, sem rédeas, e demais apetrechos.

¹⁵ Recuperado de <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/11227>.

O Plano Geral de Treinamento Físico, bem como o seu processo de elaboração protagonizado pelo Cap. Albino constituem evidências de uma prática escolar híbrida, fruto da mestiçagem do Manual C 21-20 de EF Militar e do novo paradigma difundido pela DEF/MES, na segunda metade da década de 1940. Este cenário nos remete ao trecho em que Ferreira Neto (1999) explica os três motivos pelos quais a instrução física da tropa não teria sido reproduzida no contexto escolar civil.

Primeiro, porque no método francês, está prevista a aplicação de jogos prioritariamente para as crianças entre quatro e treze anos. Segundo, porque é de difícil demonstração que, mesmo um professor militar, graduado conforme a doutrina do método francês, o contrariasse em seus princípios mais caros: o seu caráter fisiológico, a faixa etária do grupo ao qual seria aplicado e as características do plano de Educação Física a ser executado. Terceiro, porque a dinâmica institucional da escola supõe um encaminhamento pedagógico diverso (Ferreira Neto, 1999, p. 66).

A experiência protagonizada por Albino demonstra a impossibilidade de, mesmo em um CM do Exército, se promover uma EF totalmente pautada nos moldes da caserna. O que observamos nessa experiência é que, embora a natureza e a finalidade da instituição demandassem o uso do Manual C 21-20, era inviável pensar em uma aplicação direta desta prescrição a todo o efetivo, sob pena de comprometer o processo de desenvolvimento dos alunos. Essa situação exigiu habilidade do instrutor-chefe da SEF, oficial formado nos moldes do Regulamento nº 7, para demonstrar a insuficiência do material e propor as adequações que levaram ao êxito das sessões de trabalho, sem que isso viesse a contrariar as relações hierárquicas e de poder às quais, como militar, ele estava submetido.

A inserção de uma sessão de pequenos jogos para contemplar os alunos menores de 12 anos veio somar-se à sessão de grandes jogos, já prescrita para os ciclos elementar e secundário, adensan-

do a oferta dessa modalidade para as crianças do Colégio, conforme preconizava o método francês. A importância dos jogos era um ponto pacífico entre os intelectuais militares e civis, como demonstraram Ferreira Neto *et al.* (2022) ao identificar mais de 30 textos sobre este tema publicados na REF, entre os anos de 1933 e 1958, o que demonstra uma apropriação desse debate pelo Cap. Albino.

4 Considerações finais

Embora fosse um estabelecimento de ensino secundário e não dispensasse as orientações do MES, o CMRJ fazia parte do Sistema de Ensino do Exército e era aderente à educação, à doutrina e à filosofia castrense. Desse modo, diferente da escola civil, o CM compartilhava os mesmos códigos do Exército, o que favorecia uma educação do corpo aos moldes da caserna, por meio das práticas corporais sistematizadas concretizadas neste educandário militar. Entretanto, o fato de receber alunos ainda criança, a partir dos 11 anos de idade, gerava uma tensão em relação à forma e ao conteúdo das práticas escolares militarizadas frente às expectativas desse público infanto-juvenil.

Ainda que o CM tivesse como finalidade a preparação para a formação do oficial, o que explica o uso do Manual C 21-20 na prescrição da EF, ele se diferenciava das Escolas Preparatórias que, criadas com a mesma finalidade, atendiam majoritariamente um público juvenil/adulto. Desse modo, é lícito afirmar que a proposta de Albino, visando a uma Educação Física eficiente para o Colégio Militar, não prescindia das contribuições advindas dos sujeitos que pensavam este componente curricular no espaço educacional civil.

A experiência de ensino analisada neste texto parte do princípio que seria contraproducente insistir na materialização de uma proposta que ia de encontro à natureza da maioria dos alunos. Entretanto, é relevante salientar que o Cap. Albino não rompeu com o Manual que dava suporte à prática da Educação Física na caserna, apenas operou em uma recusa da sua transposição didática para o contexto colegial. A organização dos saberes em confor-

midade com o cenário estudantil militar demandou a mobilização tanto desta quanto de outras referências, preconizando o prazer do aluno e, conseqüentemente, promovendo o êxito das sessões.

Referências

BERMOND, M. T. **A educação física escolar na Revista de Educação Física (1932-1952):** apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 371, de 2 de maio de 1890.** Aprova o regulamento para o Collegio Militar. [S. l.], 2 maio 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-371-2-maio-1890-530815-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3809, de 13 de março de 1939.** Aprova o Regulamento do Colégio Militar. [S. l.], 13 mar. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3809-13-marco-1939-348023-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20Regulamento%20do%20Colégio,Ministro%20de%20Estado%20da%20Guerra>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4130, de 26 de fevereiro de 1942.** Regula o ensino militar no Exército. [S. l.], 26 fev. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4130-26-fevereiro-1942-414128-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12277, de 19 de abril de 1943.** Aprova um novo regulamento para o Colégio Militar. [S. l.], 19 abr. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12277-19-abril-1943-326437-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CASSANI, J. M.; FERREIRA NETO, A.; CARVALHO, L. O. R. de; OLIVEIRA JUNIOR, G. L. de; SANTOS, W. dos. Trajetórias de orientações didático-pedagógicas para a educação física (1932-1960). In: FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; SANTOS, W. dos. **A educação física na imprensa de ensino e técnica**. Curitiba: Appris, 2022. cap. 5, p. 125-146.

CASSANI, J. M.; FERREIRA NETO, A.; CARVALHO, L. O. R. de; RETZ, R. P. C.; OLIVEIRA JUNIOR, G. L. de; SANTOS, W. dos. Sentido científico-prático para a educação física na imprensa periódica de ensino e técnicas (1932-1960). In: FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; SANTOS, W. dos. **A educação física na imprensa de ensino e técnica**. Curitiba: Appris, 2022. cap. 4, p. 105-124.

CHARTIER, R. **Práticas da Leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história cultural entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014.

CMRJ. **A Aspiração**. 1944. Disponível em: https://www.cmrj.eb.mil.br/images/centro_historico/revista_aspiracao/revistas/1944.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

CMRJ. **A Aspiração**. 1947. Disponível em: https://www.cmrj.eb.mil.br/images/centro_historico/revista_aspiracao/revistas/1947.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

CMRJ. **A Aspiração**. 1948. Disponível em: https://www.cmrj.eb.mil.br/images/centro_historico/revista_aspiracao/revistas/1948.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

CMRJ. **A Aspiração**. 1949. Disponível em: https://www.cmrj.eb.mil.br/images/centro_historico/revista_aspiracao/revistas/1949.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

CMRJ. **A Aspiração**. 1953. Disponível em: https://www.cmrj.eb.mil.br/images/centro_historico/revista_aspiracao/revistas/1953.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

CMRJ. **A Aspiração**. 1954. Disponível em: https://www.cmrj.eb.mil.br/images/centro_historico/revista_aspiracao/revistas/1954.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

COSTA E CUNHA, B. R. **Assistência e profissionalização no Exército**: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA E CUNHA, B. R. **Ensino secundário militar na Primeira República**: a construção dos colégios militares (1889-1919). 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COSTA, A. M. da. A educação física no Colégio Militar. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 62, 1949. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/1899/2851>. Acesso em: 9 dez. 2024.

COSTA, A. M. da. A educação física no Colégio Militar (Continuação). **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 63, 1949. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/1899/2851>. Acesso em: 9 dez. 2024.

COSTA, A. M. da. A psicologia e o ensino da educação física infantil. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 64, 1950.

FARIA FILHO, L. M. de. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

FERREIRA NETO, A. A pedagogia no Exército e na escola: a educação física (1920-1945). **Motrivivência**, Florianópolis, n. 13, p. 35-62, 1999.

FERREIRA NETO, A. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em educação física e esporte. **Atlas do esporte no Brasil**, 2005.

FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; SANTOS, W. **A educação física na imprensa de ensino e técnica**. Curitiba: Appris, 2022.

FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; MAIA, E. de M.; BERMOND, M. T.; OLIVEIRA JÚNIOR, G. L.; SANTOS, W. Revista de Educação Física: ciclo de vida, seção unidade de doutrina e lição de educação física (1932-2002). In: FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; SANTOS, W. **A educação física na imprensa de ensino e técnica**. Curitiba: Appris, 2022. cap 3, p. 75-103.

FREIRE, F. F. **O silêncio das palmeiras imperiais**: um estudo socioantropológico no Colégio Militar do Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, F. F. **“Estamos alunos”**: um estudo sobre a identidade contemporânea dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GURGEL, M. P. **As práticas corporais sistematizadas dos Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987/1991-1994)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

MAGALHÃES, S. M. da C.. **A forja, a educação do guerreiro**: o modelo de ensino militar das Forças Armadas brasileiras. Rio de Janeiro: Griffos, 2023.

MARINHO, I. P. O conceito bio-sócio-psico-filosófico da Educação Física em oposição ao conceito anátomo-fisiológico. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 7-29, 1944.

MARINHO, I. P. O moderno conceito bio-sócio-psico-filosófico da Educação Física. **Revista Brasileira de Educação**, 1948.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Manual de Educação Física Militar C 21-20**. Rio de Janeiro: Gabinete fotocartográfico da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, 1948.

MOREIRA, L. S. *et al.* As 'práticas' e o corpo para além da educação física: a proposta educacional dos CIEPs (1983/1987-1991/1994). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 24, p. 297, 2023.

RETZ, R. P. C.; FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; SANTOS, W. dos. Entre usos e intencionalidades: as imagens na imprensa periódica de ensino e técnica de ensino da educação física e esporte (1932-1960). *In*: FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; SANTOS, W. dos. **A educação física na imprensa de ensino e técnica**. Curitiba: Appris, 2022. cap. 7, p. 169-192.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. A Educação Física no Colégio Militar do Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O novo manual de Educação Física (c21-20). **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 3, 2020. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/1750>. Acesso em: 9 dez. 2024.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O novo manual de Educação Física (c21-20): Continuação. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 3, 2020a. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/1770>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SOEIRO, R. S. P. **A Escola de Educação Física do Exército**: legado ao esporte nacional (1933-2018). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009.

VIDAL, D. G.; SCHWARTZ, Cl. M. Sobre cultura escolar e história da educação. In: VIDAL, D. G.; SCHWARTZ, C. M. **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. cap. 1, p. 13-36.

VIEIRA, M. A. C. **Treinamento Físico Militar no Exército Brasileiro**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1989.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.